



NESTA EDIÇÃO

- Cooperação para a sida 2
- Empresários sul-africanos invadem sul de Angola 3
- Angola à espera da 'estação da fome' 3
- Bakongos prestes a pegar em armas 4
- Quando os aliados pensaram em colonizar Angola com judeus 5
- Uma rainha em Orlando, Soweto 5
- Deputados portugueses convidados a visitar as cadeias de Angola 6-7
- Contentamento e medo em Angola e Moçambique 8
- Economia sul-africana em ritmo acelerado 8
- Fiasco no comércio de encerramento da central sindical moçambicana 9
- Polícia de Nampula: guerra aos jornalistas 9
- Governo autorizou empresa espanhola a vender material militar a Angola 10
- Mandela seduz investidores 10
- Rei zulu no "Guinness Book"? 11
- Oposição acusa o poder de esbanjamento 11
- Hossi quer sair de Luanda 12
- 'Jogadas negociais' 13
- Greve geral em Moçambique? 13
- Parlamento aprova moção de confiança 14

GUINÉ-BISSAU

Até que enfim, eleições

O presidente guineense "Nino" Vieira deve ter ficado muito impressionado com o retumbante exercício de democracia que viu na África do Sul, onde esteve por ocasião da posse de Mandela. No mesmo dia em que retornou ao país, convocou as eleições para o próximo dia 3 de julho. Dois dias antes dessa convocatória, a Comissão Nacional de Eleições divulgara os resultados finais do recenseamento eleitoral. Cerca de 80% do eleitorado total foi recenseado, o que é um bom índice, atendendo às condições do país. São 404.521 eleitores, distribuídos por 27 círculos, seis dos quais no chamado setor autónomo de Bissau, que, por si só, vai escolher um quinto dos cem deputados.

Desde o início de 1991 que o PAIGC aceitou, embora com relutância, o princípio das eleições multipartidárias. O processo vem se arrastando desde então, com sucessivos adiamentos e manobras protelatórias. A Assembleia Nacional, dominada pelo então partido único, o PAIGC, chegou ao absurdo de votar uma lei que estabelecia uma urna para cada partido. É claro que, pouco depois, a lei foi desvotada (Notícias Africanas nº 8). Pois bem, o que mais interessa é que as eleições estão aí e que "Nino" conseguiu vergar os *duros* do seu partido, do qual, aliás, é o candidato às eleições presidenciais. E o favorito. Para se candidatar, o general-de-brigada João Bernardo "Nino" Vieira teve que despilar a farda e passar à reserva.

Segundo a lei eleitoral, só civis podem se candidatar às eleições presidenciais.

Em conversa que tive com destacado ex-dirigente do PAIGC, ele se mostrou aliviado com o favoritismo nifido de "Nino", por temer que, se derrotados nas eleições presidenciais, os *duros* do PAIGC apelem para as armas.

Esse ex-dirigente até chegou a aconselhar informalmente alguns membros da oposição guineense que adotassem "Nino" Vieira como candidato único suprapartidário e se concentrassem na disputa das eleições legislativas.

Os *duros* são, em grande parte, dirigentes veteranos incapacitados ideológica e tecnicamente de defrontar as vicissitudes dos dias de hoje, além de serem *brifados* da guerra fria. Eles, de um modo geral, mantêm a cultura política do primeiro período pós-guerra de libertação, quando detinham o poder sem nenhuma força contrastante e se sentiam legitimados pelo seu *status* messiânico de guerrilheiros libertadores da pátria. E a cultura do *peito de chumbo*, hoje agravada pelo fato de quase todos eles terem sido ultrapassados por uma geração mais jovem e tecnicamente mais apetrechada, embora frequentemente movida pelo mais deslavado oportunismo político.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

Ministro de Cabo Verde visita CEEA

O ministro da Educação de Cabo Verde, Manoel Faustino, esteve no Brasil na primeira semana de junho, quando se encontrou com seu colega brasileiro, Maurício Hingel, e com o chefe da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Carlos Alberto Pimentel.

Em sua passagem pelo país, o ministro Faustino visitou o Conjunto Universitário Candido Mendes e, em particular, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEEA). Na ocasião, o ministro cabo-verdiano formalizou, junto com o diretor geral da Unesco, Federico Mayor, e o presidente da Sociedade Brasileira de Instrução - mantenedora do Conjunto -, professor Candido Mendes, a criação do Instituto do Pluralismo Cultural no seio do Conselho Superior de Ciências Sociais, do qual é presidente o professor Candido Mendes. O Instituto recém-criado terá duas sedes - uma na Praia, capital de Cabo Verde, e a outra no Rio de Janeiro.

O ministro Faustino assinou ainda protocolos de cooperação com o Conjunto Universitário Candido Mendes nas áreas de pós-graduação em ciências sociais e de aperfeiçoamento de quadros técnicos.

Com mais de 300 bolsistas estudando em universidades brasileiras, Cabo Verde é, entre os países africanos de língua portuguesa, o que tem o maior número de estudantes no Brasil. (JMNP)

Portugal e PALOP discutem pela primeira vez estratégias conjuntas

Cooperação para a sida

PÚBLICO, 17.5.94

Bárbara Reis

Duas estreias em três horas: Portugal começou finalmente a debater com os PALOP uma estratégia de cooperação para combater a sida, e ao fim do dia os representantes africanos foram recebidos por Mário Soares. Só amanhã se saberá se o entusiasmo foi pertinente.

Pela primeira vez em 13 anos, ou seja, desde que o vírus da sida foi descoberto, Portugal começou ontem a discutir estratégias de cooperação de combate à sida com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Foi aliás um dia completo em estreias: ao fim da tarde o Presidente Mário Soares recebeu em Belém os directores dos Programas Nacionais de Luta Contra a Sida de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique. Todos menos Almino Lima, de São Tomé e Príncipe, que chegou a Lisboa e foi internado no Hospital Egas Moniz, com malária.

Com a pose formal de quem dá início a um encontro histórico — para o qual foram convidadas dezenas de pessoas, entre as quais dois membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) — Odete Ferreira, a investigadora que coordena a comissão portuguesa de Luta Contra a Sida, disse que a “cooperação (com os PALOP) é extrema-

mente importante” e fez da situação actual um retrato optimista: “A sida, um dia, será vencida. E quando esse dia acontecer, heterossexuais e homossexuais, brancos e negros, mulheres e homens escutarão a história desta doença terrível perante a qual pessoas corajosas, ultrapassando todas as fronteiras, souberam vencer o maior desafio do século XX para a ciência, para a medicina, para a política e, sobretudo, para a sociedade.”

Um optimismo político que os convidados africanos terão uma razoável dificuldade em compreender. Em África, 3500 pessoas são infectadas pelo vírus da sida diariamente e há pelo menos 10 milhões de seropositivos, segundo números revelados por Michael Merson, director do Programa Global de Sida da OMS, em Dezembro, durante a VIII Conferência sobre Sida em África, em Marraquexe.

Foi aí, nessa cimeira africana, que esta 1ª Reunião dos Responsáveis dos Programas Nacionais de Luta Contra a Sida dos PALOP com a comissão portuguesa se começou a desenhar. Ontem, cinco meses depois, começou o encontro e agora falta esperar por quarta-feira — dia em que a reunião acaba — para se perceber se o entusiasmo foi pertinente e vai resultar em factos e cooperação concreta. E depois esperar mais alguns meses.

É que hoje, a ausência quase total de intervenção de Portugal nos PALOP nesta área faz com que o combate à sida esteja a ser feito com dinheiro e saber de quase todo o mundo menos de Portugal. Estados Unidos, Suécia, França, Bélgica, Itália e Suíça sobretudo.

“Portugal sempre atrás”

Avertino Barreto, médico epidemiologista moçambicano e

director do Programa Nacional de Controlo de Doenças Transmissíveis Sexualmente/Sida de Moçambique, disse ontem ao PÚBLICO que “Portugal ficou sempre atrás” e que “em Moçambique a presença de Portugal não existe”, embora o programa de que é responsável exista desde 1986.

Em Moçambique há 150 mil pessoas infectadas pelo vírus da sida, sobretudo no Norte — muito menos desenvolvido do que o Sul durante o colonialismo, mais pobre, mais analfabeto, quase sem rede sanitária e o mais afectado pela guerra civil. Os preservativos têm sido fornecidos pelo US AIDS, norte-americano — três milhões em 1992, sete milhões este ano — e foi a França que acabou de garantir meio milhão de francos (15 mil contos) em reagentes para os testes da sida. Este donativo vai permitir que até ao fim do ano Moçambique garanta a qualidade do sangue usado nos seus hospitais.

“Em 1995 ainda não sabemos como vai ser”, diz Avertino Barreto. “É sempre assim.”

Para outro tipo de colaboração, como a formação de técnicos necessários para as campanhas de prevenção, “há sempre a barreira da língua”. É sobretudo nesta área que Avertino Barreto vai lançar propostas na reunião de Lisboa. É, como disse ao PÚBLICO Odete Ferreira, essa é também uma das áreas sobre a qual Portugal fará propostas: “Formação de técnicos e envio de informação e brochuras para campanhas de prevenção.” Ou seja, usar o que há em comum: o português. Mas não só. “Portugal é um dos países com mais experiência no estudo da infecção pelo HIV 2”, muito frequente em África, disse a investigadora na sessão de abertura, ela própria uma das responsáveis pela descoberta deste segundo vírus.

Revolução Cultural

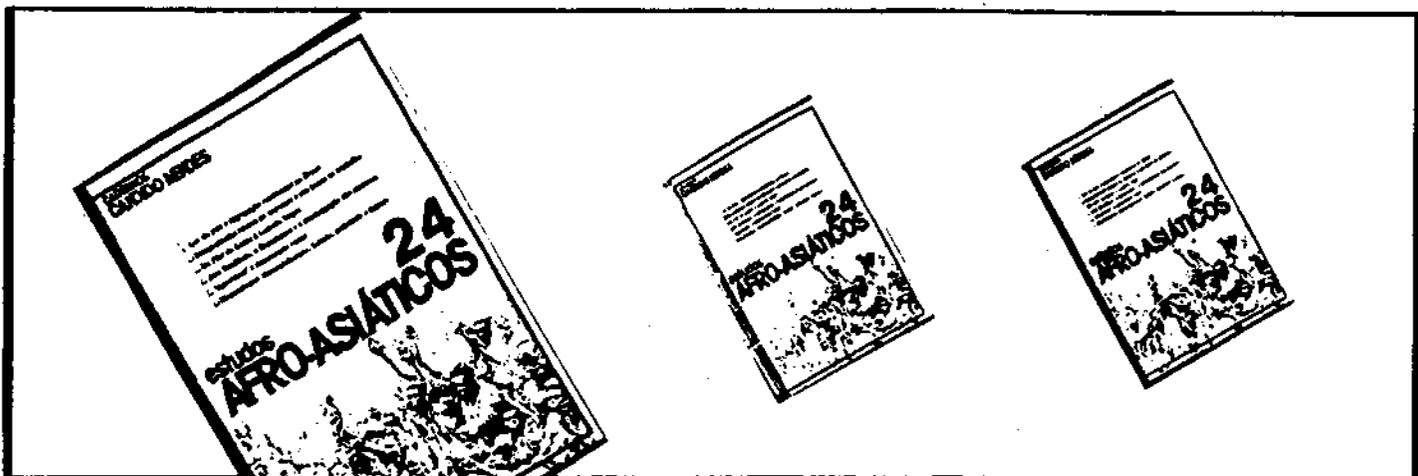
“Cooperação”, disse Odete Ferreira, são “contactos directos” entre os Governos e “projectos ou actividades que se desenvolvem com a colaboração de outras organizações que não o Estado”.

Mas para combater a sida em África seria necessária, além de dinheiro e saber, uma revolução cultural. “Não podemos ser líricos e acreditar que vamos mudar os comportamentos dos adultos. Quer goste [a OMS] quer não, esta é a situação em África”, disse Avertino Barreto.

É que em Moçambique (e em toda a África Negra) a poligamia não só é uma característica da sociedade que ninguém contesta, como é igual no meio rural ou urbano, diz o médico, para os homens e para as mulheres. “Um homem sai de casa e antes de apanhar o auto-carro tem relações sexuais com uma mulher, chega ao serviço e tem com outra e depois com outra. Se ele não conseguir ter três ou quatro relações num dia acha que está doente e vai ao médico”, diz Barreto. “O africano tem um tipo de vida, que é normal e aceite, que favorece a transmissão do vírus da sida.”

Por isso para Avertino Barreto há que trabalhar sobretudo para as crianças e convencer o Governo a libertar um programa de educação sexual nas escolas, preparado há cinco anos mas proibido logo a seguir.

Mais dois problemas a serem analisados até quarta-feira: em vários países de África, como Angola e Moçambique, “se há pessoas que morrem com malária, que tem cura, com sarampo, para a qual há uma vacina, e milhares de crianças morrem por dia de má nutrição, é difícil dizer que é preciso evitar o que vai ser uma grande catástrofe. O que as pessoas sentem é a fome ou a febre da malária”.



Empresários sul-africanos 'invadem' sul de Angola

EXPRESSO, 21 5.94

GUSTAVO COSTA
no Lubango

A RECENTE normalização da vida política na África do Sul com a realização das primeiras eleições multirraciais e o prenúncio da próxima assinatura de um acordo de paz entre o Governo de Luanda e a UNITA começaram já a provocar uma verdadeira «invasão» do Sul de Angola por empresários sul-africanos. Esta «invasão» manifesta-se através de investimentos em diversos domínios, com particular incidência na indústria de moagens, que, numa primeira fase, rondará os sete milhões de dólares (quase 1,2 milhões de contos).

Os sul-africanos preparam-se para ultrapassar os portugueses — antigos proprietários da totalidade das indústrias da região. Os novos investidores acabam de firmar, através da empresa Nambria Mills com sede em Pretória, um acordo de reabilitação e gestão de uma série de fábricas situadas na Huíla, sob forma de aluguer por um período de três anos.

Durante esse período fica salvaguardada a privatização das referidas empresas num processo de concorrência aberta entre empresários angolanos e estrangeiros. Os

sul-africanos comprometem-se desde já a desembolsar cerca de dois milhões de dólares (quase 350 mil contos), para recuperar o equipamento, e mais seis milhões de dólares (cerca de um milhão de contos), para a aquisição de matérias-primas e acessórios.

A intervenção sul-africana neste sector poderá, segundo o governador local, Dumilde Rangel, assegurar o abastecimento em farinha de milho e de trigo às regiões do Namibe (ex-Moçâmedes), Menongue (ex-Serpa Pinto) e Ondjiva (ex-Pereira D'Eça).

Apostados em conquistar mercados noutras áreas, os empresários sul-africanos assumiram também o compromisso de pôr em funcionamento uma fábrica de massas alimentícias instalada depois da independência de Angola na cidade do Lubango (ex-Sá da Bandeira), mas que nunca funcionou, e cuja montagem, orçada em seis milhões de dólares, foi financiada pelo governo italiano.

A fábrica de bolachas do antigo empresário português Venâncio Guimarães, um dos mais prósperos agentes económicos no domínio agropecuário no tempo colonial, será igualmente reabilitada pelos sul-africanos com base num investimento estimado

em um milhão de dólares (cerca de 170 mil contos).

Do granito à cerveja

Depois de terem ganho o concurso para o fornecimento de 150 residências pré-fabricadas na cidade do Lubango, os sul-africanos deverão chamar a si a responsabilidade pelas obras de saneamento básico daquela cidade. Os empresários da África do Sul são agora tidos pelas autoridades locais como «parceiros preferenciais» para recuperar as infra-estruturas de toda a região Sul do país, abrangendo as províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

Mas será, sem dúvida, no domínio dos minérios que se espera que os empresários sul-africanos apostem com maior agressividade nestas duas últimas províncias, depois do Conselho de Ministros ter decidido, esta semana, liberalizar a lei do investimento estrangeiro e avançar com privatizações.

Nesta perspectiva, poderá vir a ser ressuscitado o projecto apresentado em 1989 ao gabinete de investimentos estrangeiros pela empresa sul-africana Quaga Holding, associada à Anglo-American para a exploração de cinco pedreiras, visando a produção de cinco mil metros cúbicos

de granito, a partir de um investimento de 18 milhões de dólares (mais de dois milhões de contos).

A concorrência sul-africana neste domínio, segundo alguns especialistas, poderá fazer perigar as posições das firmas portuguesas Marmila e SPE, associadas respectivamente às empresas estatais angolanas Roremina e Rorango na exploração de granito, cuja exportação gerava pouco mais de um milhão de dólares.

O governo local está a iniciar negociações para a obtenção de um financiamento de três milhões de dólares para a importação de equipamento para a Rorango. As autoridades locais apostam na perspectiva de, em 1995, poderem exportar entre oito a dez milhões de dólares de granito a partir da província da Huíla.

Os operadores financeiros da África do Sul surgem ainda junto dos empresários angolanos desta região como «parceiros privilegiados» para liderar o processo de relançamento da fábrica de cerveja N'Gola, sediada no Lubango, depois desta ter contraído uma dívida avaliada em mais de 800 mil dólares, junto de empresas daquele país, para a aquisição de matérias-primas e acessórios.

Angola à espera da 'estação da fome'

EXPRESSO, 21 5.94

MAIS de dois milhões de angolanos estão totalmente dependentes de ajudas humanitárias e o número tenderá a aumentar com o início da «estação da fome» que este ano deverá começar mais cedo porque as colheitas foram escassas em todo o sul e centro, fustigados pela seca. A informação foi divulgada no último relatório do PAM (Programa Alimentar Mundial) das Nações Unidas, que coordena o programa de assistência desenvolvido por outras duas agências da ONU e mais de 50 ONG (Organizações Não Governamentais).

Governo e Unita renunciaram na prática a tratar das populações civis deixando-as a cargo da comunidade internacional. Já não estão a dificultar a distribuição de ajudas humanitárias que se desenvolve não apenas nas cidades mas tam-

bém no interior das províncias. No Cuíto, Huambo, Menongue e Malange, onde milhares de pessoas morriam à fome no início do ano, a situação alimentar e sanitária está «controlada» embora inteiramente dependente da ponte aérea do PAM.

Em Malange, a mortalidade baixou de 100 por dia em Novembro de 1993 para 30 por mês, mas entre Janeiro e Abril foi necessário transportar mais de 13 mil toneladas de alimentos, ao ritmo de 8 a 10 voos diários.

O hospital de Cuíto, a cargo de Médicos Sem Fronteiras belgas, já está em condições de realizar intervenções cirúrgicas, e a Cruz Vermelha Internacional negocia com a UNITA a evacuação de dezenas de feridos graves de Kunge, a sete quilómetros da capital do Bié, onde 30 mil pessoas recebem agora ajuda ali-

mentar do PAM após mais um ano de cerco.

No Huambo, 55 dias de seca arruinaram a colheita de milho que se anunciava escassa devido a exaustão dos solos e à falta de sementes e adubos. O sal é o bem mais precioso: meio quilo «custa» 180 mil cuanzas ou 23 quilos de milho. Os salários não são pagos há mais de um ano e o único dinheiro em circulação provém dos empregos criados pelas ONG. A cidade foi limpa e abriram já algumas lojas e um pequeno restaurante. A situação é mais dramática nas zonas de maior concentração de refugiados, como o Kuanza Norte, o interior da província de Benguela e, sobretudo, Luanda.

A ONU lançou um novo apelo para reunir 179 milhões de dólares de ajuda de emergência para Angola, dos quais 84 milhões em alimentos (168 mil tonela-

das) tendo recebido até agora ofertas de 110 mil toneladas.

A falta de vontade política dos beligerantes angolanos é o único obstáculo que impede a conclusão das negociações de Lusaca, de acordo com fontes conhecedoras do processo. Apesar da expectativa criada pelas eleições sul-africanas e das pressões diplomáticas exercidas sobre o Governo de Luanda e a UNITA, os militares de ambos os lados insistem numa guerra sem solução à vista.

Mesmo assim, prevendo um epílogo rápido, a ONU ultima os preparativos para mais uma missão de paz dos capacetes azuis. Portugal e Zâmbia foram alguns dos países contactados para envio de militares.

NICOLE GUARDIOLA

Dirigente do grupo angolano Mako em entrevista ao PÚBLICO

Bakongos prestes a pegar em armas

Jorge Heitor

O Movimento para a Autodeterminação do Kongo anuncia que, dentro de dias ou semanas, vai pegar em armas contra as autoridades de Luanda, a fim de conseguir a autonomia das províncias angolanas de Uíge, Zaire e Bengo.

Temos que fazer a guerra, para sermos reconhecidos. É a guerra que está na moda", disse o secretário das relações exteriores do Movimento para a Autodeterminação do Kongo (Mako), João David Soma, que ontem veio à redacção do PÚBLICO anunciar que dentro de semanas o seu grupo deverá desencadear uma luta de guerrilha no Noroeste de Angola.

"A chave da paz está no bolso do Mako, que considera a hipótese de pegar em armas no fim deste mês ou no início de Junho, para li-

bertar o nosso território", afirmou aquele indivíduo de 40 anos, que nasceu em M'Banza Congo e vive na região de Paris.

"Queremos negociar com o MPLA, na presença de terceiros, para conseguir a autodeterminação do povo mukongo, que ocupa as províncias de Zaire, Uíge e Bengo, no Noroeste de Angola. E já pedimos ao Presidente Mário Soares, através da embaixada de Portugal na França, que convoque uma conferência das diferentes forças angolanas, MPLA, UNITA e Mako", prosseguiu João David Soma.

"Cabinda para nós é um caso secundário, mas a FLECT também poderia participar nas conversações", admitiu um dos dois únicos rostos visíveis deste movimento criado há quatro anos na zona do Luvo, fronteira da província angolana do Zaire com o país do mesmo nome. O outro é Alberto Videira Bokula, secretário para a mobilização e organização política, a viver na Alemanha.

O presidente e os restantes 10 membros do Comité Director deste "movimento de libertação" permanecem incógnitos, por questões de segurança, uma vez que se mantêm dentro do território de Angola, mas Soma declarou que serão conhecidos "quando o Mako começar a sua guerra", para a reformulação do antigo reino que havia a Sul

do rio Zaire e que Diogo Cão visitou em 1483 e 1484.

Recordações de 1961

"O povo mukongo é que libertou Angola", alegou o nosso visitante, numa referência à actividade da UPA/FNLA, de Holden Roberto, a partir de Março de 1961, nas terras de Maquela do Zombo, Madimba, Sanza Pombo, Negage, Quitexe e tantas outras que nesse ano encheram os jornais portugueses.

"No entanto, o Mako não é agora a nova face da FNLA, nem é fomentado por interesses franceses. Tem outra política, que não podemos divulgar (em pormenor). Queremos negociar com o MPLA, de quem somos adversários políticos, mas não inimigos", continuou Soma, que há meses recusou um convite do Presidente José Eduardo dos Santos para estar presente numa recepção, na embaixada de Angola em Paris.

Segundo ele, o seu grupo só fala com as autoridades angolanas quando estiverem definidas as regras do diálogo; e na presença de representantes de Portugal ou de outro país ou organização internacional, conforme o sentido das mensagens que declara ter enviado a Mário Soares e ao secre-

tário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali.

"Chamam-nos zaireenses, só porque tivemos de viver uns quantos anos no Zaire, após a guerra (que houve na altura da proclamação da independência de Angola, em 1975). Mas não chamam zambianos, portugueses ou congolezes aos que se exilaram na Zâmbia, em Portugal e no Congo. Mataram mais de 2000 bakongos...", lamentou-se o porta-voz da causa de autodeterminação do Noroeste de Angola.

"Nós somos kongolezes com k e no passado havia representantes do Kongo em Lisboa e em Roma", sublinhou aquele antigo funcionário público, que hoje em dia é estudante de Filosofia e quer ver as populações beneficiarem mais daquilo que é extraído das terras onde vivem, sem que vá quase tudo para os cofres centrais do Estado angolano.

Nos 300 mil quilómetros quadrados povoados por um milhão e 700 mil bakongos, desde a foz do Zaire até à barra do Dande, 70 quilómetros a norte de Luanda, há o petróleo do Soyo, os diamantes de Quimbele, fosfatos e café, além de outros riquezas. Mas o Mako queixa-se de que os bakongos não vêem nada disso, tendo de se iluminar com óleo de palma e de sofrer a falta de escolas e de hospitais, por desinteresse do poder central.

as sete partidas do mundo

MAIS de 250 moçambicanos frequentam o VII Curso de História da Literatura Portuguesa que decorre em Maputo. A iniciativa pertence à Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e é comparticipada pelos serviços culturais da Embaixada de Portugal. O curso, que começou em finais de Abril, terminará a 7 de Junho. Como acontece todos os anos, os organizadores convidam um escritor ou um académico português para proferir lições ou palestras sobre a cultura portuguesa contemporânea. Este ano, a convidada é Maria Alzira Seixo, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que falará da literatura de viagem e de um (outro) aspecto das letras contemporâneas. Entre as várias iniciativas que procuram afirmar a presença da cultura portuguesa em Moçambique, esta é daquelas que recolhem mais entusiasmo e participação. Autores lidos e estimados naquele país, como José Saramago, Eugénio Lisboa, Rui Knopfli e Lídia Jorge, compartilharam com os moçambicanos muitas questões sobre a língua comum.

OUTRO curso, mas desta vez de Literaturas Africanas, está agendado entre 30 de Maio e 18 de Julho, em Lisboa. Um largo período para falar dos percursos literários que têm sido empreendidos em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Nos sete encontros programados, conta-se com a presença de escritores dos referidos países e estudiosos africanos ou africanistas. A iniciativa pertence à Sociedade de Língua Portuguesa e as sessões, sob coordenação

de Inocência Mata, são-tomense, docente na Universidade de Lisboa, vão decorrer no Centro Nacional de Cultura (Rua António Maria Cardoso, 68, ao Chiado, em Lisboa).

MAIO é o mês de África, a 25 celebra-se o dia do continente. Em Portugal esta data não passa despercebida. Todos os anos, em vários pontos do país, africanos e portugueses assinalam-na com festas. Entre as actividades que marcarão a efeméride já está assente que a Liga dos Africanos e Amigos de África (Liáfrica) realiza um seminário em Lisboa (Estrada de Benfica, 275). A interrogação que lhe dá o mote não deixa de ser muito pertinente: "Passará o desenvolvimento dos países africanos pelo regresso dos seus quadros no exterior?" Vários painéis compõem um dia de muita discussão e fraternidade.

DO historiador francês Patrick Chabal a editora Vega acolherá, na sua colecção Palavra Africana, o volume "Vozes Moçambicanas", um estudo que pretende ser uma "contribuição para o entendimento das origens e desenvolvimento da literatura moçambicana". Informam ainda os editores: "Duas questões fundamentais: o que é a literatura moçambicana e qual o papel da literatura na construção da identidade nacional moçambicana. Estudo exaustivo." Dezenas de entrevistas complementam este trabalho. O lançamento ocorrerá na primeira semana de Junho, em Lisboa, com a presença do autor, que ensina Literaturas Africanas no King's College em Londres. ■ U.S.

Colóquio do Goethe-Institut sobre Portugal e o Holocausto

Quando os aliados pensaram colonizar Angola com judeus

PÚBLICO, 22.5.94

Rui Cardoso Martins

Quando o Holocausto se mostrava imparável, as potências aliadas lembraram-se de "comprar" os judeus alemães a Hitler e enviá-los para territórios em África. Mas uma ideia, já antiga, de o fazer em Angola tropeçou com a firme oposição de Salazar. O convite a Portugal, aliás, parece que chegou atrasado.

Projecto Bravo" em 1912 e "Projecto Angola", no final dos anos 30. Em duas ocasiões neste século, Portugal foi directamente confrontado com a proposta de ceder, com contrapartidas políticas e financeiras, parcelas dos seus domínios africanos à colonização em massa pelo povo judeu.

No Instituto Alemão/Goethe

Institut, em Lisboa, o historiador Anagar Schäfer, da Universidade de Gales, fez ontem a análise das causas do completo falhanço e, finalmente, do esquecimento de uma ideia apadrinhada pelas potências aliadas que contou com a firme oposição de Salazar.

O "Projecto Angola" que, no início do Holocausto nazi o Presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt chegou a defender junto de Salazar, como forma de salvar centenas de milhares de judeus, expressava, a seu modo, as vantagens de um bom negócio. Abrindo território africano aos judeus, Salazar garantiria um lugar na história da humanidade e receberia mais que o suficiente para desenvolver o país.

Negócio, também, para a parte nazi. As pessoas a deslocar seriam cerca de 250 mil judeus da Alemanha e da Austria, cuja libertação consistia na sua pura e simples compra — por 230 milhões de dólares — a Hitler que, como se confirmou, o ditador alemão pretendia exterminar. Mas teriam ficado de fora os judeus do leste da Europa ocupada e, assim, de modo nenhum se pode dizer que o Holocausto de seis mi-

lhões de pessoas teria sido evitado.

Mas nem Salazar se mostrou interessado, pois a colonização judaica implicaria mais tarde ou mais cedo o aparecimento de um país independente, um estado judaico no mítico "Ultramar", nem o dinheiro surgiu, afinal. No fundo, o pagamento a Hitler e o enorme investimento na deslocação e consolidação das pessoas na zona deveriam ser suportados por organizações particulares, que não o tinham. Não dos cofres dos Estados ingleses e norte-americanos, que dirigiram o bloco aliado na vitória da II Guerra Mundial.

A resposta portuguesa foi clara: nem um centímetro será cedido ou vendido. Salazar aproveitaria as imensas contradições daqueles que retomavam uma ideia que já tinha alguns anos, e os flagrantes esquecimentos diplomáticos que antecederam a proposta.

Já em 1912, em plena República, surgira uma proposta para a qual, segundo Anagar Schäfer, o lado português "ainda abriu as portas" — talvez para reagatar a

culpa da expulsão dos judeus em 1497. O "Projecto Bravo" seria a "entrega" de 45 mil quilómetros quadrados do planalto de Benguela, o correspondente cerca de metade de Portugal à colonização judaica. Pouco depois surgiu a ideia do Estado judaico na Palestina e o projecto caiu no esquecimento.

Em pleno regime hitleriano, anexada a Austria em 1938 e quando se começam a somar os sinais de atrocidades nazis, Roosevelt organiza uma conferência internacional para estudar a saída dos judeus alemães para colónias de vários países. "Foi um completo fracasso", defendeu ontem Schäfer. Todos os países concordaram, mas desde que não fossem eles a ceder o território. Os norte-americanos e os ingleses lembraram-se então que se tinham esquecido de convidar Portugal.

Fizeram-no então, mas o "vexame dos portugueses tinha sido tão grande" que Salazar só respondeu meses depois, para dizer que não tinha nada a ver com o que se passava com os judeus do centro da Europa. E a prova de que estava à vontade era precisamente terem-se esquecido do país. ■

A nova África do Sul vista dos bairros negros

Uma rainha em Orlando, Soweto

PÚBLICO, 23.5.94

José Eduardo Agualusa, no Soweto

Letha, a rainha de Orlando Oriental. Judo, o pequeno "gangster". Paul, professor de Geografia. Jerry Oliphante, comerciante de sucesso. Boy, desempregado. José Simão, moçambicano, trabalhador nas minas. Esta é a gente do Soweto, o grande subúrbio negro de Joanesburgo, que se tornou o símbolo da crueldade do regime do "apartheid". Hoje, na nova África do Sul, o povo do Soweto continua a viver como sempre viveu.

Há muitas maneiras de chegar ao Soweto. Uma delas é ir até Joubert Park, no coração de Joanesburgo. Aqui, no meio do alarido das vendedeiras de frutas e legumes, encontram-se várias filas de carrinhas estacionadas. São os famosos táxis colectivos da África do Sul. A maior parte serve os

subúrbios negros da grande cidade. Alguns fazem percursos mais longos, ligando Joanesburgo a Durban, Port Elizabeth, Cidade do Cabo ou mesmo Harare e Maputo. As carrinhas têm nove lugares, incluindo o motorista, mas podem levar dez ou 12 pessoas. Para chegar a Orlando Oriental, a parte antiga do

Soweto, pagam-se dez randes, cerca de 500 escudos, muito menos do que se pagaria viajando num táxi normal.

"O chão debaixo de nós, debaixo destes prédios, está todo furado por galerias. Jo'burgo cresce sobre minas de ouro." Paul é professor de Geografia numa escola secundária em Orlando Oriental, mas vive em Hillbrow com a mulher e dois filhos. Todas as manhãs apanha o mesmo táxi para o Soweto.

A medida que nos afastamos da cidade a paisagem muda. Os prédios ficam para trás e surgem ao longe grandes morros amarelos. "Ouro", explica Paul. "Estão a deitar os morros abaixo para tirar o ouro."

O Soweto fica depois dos morros. O táxi pára num cruzamento, ao lado de uma igreja católica. A poeira agarra-se aos sapatos quando cruzamos as ruas de terra batida. Grupos de crianças passam, a caminho da escola, nos seus uniformes coloridos.

Foi exactamente ali que Jerry Oliphant montou um dos seus postos de venda de carne fresca. Um cobertor branco erguido sobre quatro paus dá alguma sombra.

Jerry tem o rosto coberto de cicatrizes. Conta que uma noite, há dois anos, foi assaltado por um grupo de homens: "Roubaram-me 600 randes e deram-me 65 facadas, mas não morri." Um dos clientes ri-se: "Este homem tem mais vidas que um gato." Jerry confirma com um aceno de cabeça. O acontecimento não lhe perturbou a rotina. Todos os dias continua a fazer o mesmo percurso, entre o frigorífico onde guarda a carne e os diferentes postos de venda. Ele próprio conduz a carrinha, corta, pesa e vende a carne. É um bom negócio. "Faço 500 randes todos os dias", diz com orgulho.

Paul, o professor de Geografia, é amigo de Jerry. Os dois são

Continua na pág. 6

Ministro da Justiça de Luanda em entrevista ao PÚBLICO

Deputados portugueses convidados a visitar as cadeias de Angola

António Matos

O ministro da Justiça de Angola acha que no seu país há liberdade de imprensa, nega que haja presos políticos nas cadeias controladas pelo Governo, contorna as questões de direitos humanos e diz que Vitorino Hossi não quer sair de Luanda. São os traços de uma entrevista de Paulo Chipilica, dissidente da UNITA, ao PÚBLICO.

Paulo Chipilica, ministro da Justiça do Governo angolano formado após as eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992, defende em entrevista ao PÚBLICO que não há presos políticos. Ou melhor, defende sem explicar que as prisões feitas durante e depois da batalha do último fim-de-semana de Outubro de 1992, que em Luanda pôs termo a

17 meses de paz, não têm razões políticas.

Sobre o caso de Vitorino Hossi, dirigente da UNITA que chegou a ser designado por este partido para ministro da Cultura do Governo de que Chipilica faz parte e a quem tem sido impedida a saída de Luanda, não tem dúvidas: "[Vitorino Hossi] chegou a dizer-me que neste momento não lhe convém a ele sair."

Na entrevista cedida numa passagem por Lisboa, depois de uma viagem oficial aos Estados Unidos, Chipilica não hesita em invocar a experiência dos tempos em que militou na UNITA (íntegra, com Tony da Costa Fernandes, actual embaixador de Luanda em Londres, e Miguel N'Zau Puna, o grupo que saiu do partido de Savimbi em Fevereiro de 1992) para pôr em causa os seus antigos correligionários.

PÚBLICO — Um grupo de personalidades da vida política portuguesa, ainda que integrado por algumas pessoas do chamado "lobby" da UNITA, enviou-lhe um manifesto sobre a situação dos direitos humanos em Ango-

la. Tem já alguma resposta?

PAULO CHIPILICA — Recebi o original desse manifesto, mas soube primeiro pelo Ministério da Justiça, que me enviou por fax a notícia do jornal PÚBLICO. Não reagi imediatamente, porque esse manifesto tem por trás pessoas que merecem toda a credibilidade, como Fernando Correia Afonso e Amândio de Azevedo.

P. — O que é que decidiu fazer?

R. — Isto é um problema de certa transcendência, é um problema nacional e portanto decidi levá-lo à consideração do Conselho de Ministros. E o Conselho de Ministros foi unânime em dizer que se deveriam convidar essas instâncias para "in loco" constatarem da existência ou não de presos políticos e de violações dos direitos do homem.

P. — Esse convite já lhes foi dirigido?

R. — Creio que sim, já no mês de Abril. Esse convite foi dirigido oficialmente através da embaixada. Hoje mesmo [sexta-feira] vou encontrar-me com o dr. António Maria Pereira [deputado do PSD].

P. — Existem presos políticos em Luanda. Há pessoas que foram presas sem processo e sem culpa formada durante e depois dos confrontos de Outubro de 1992, só porque eram da UNITA?

R. — Desde que sou ministro da Justiça [Dezembro de 1992], os assuntos que me causaram maior preocupação foram justamente não só a preservação da legalidade, mas também os direitos humanos...

P. — Mas há ou não presos políticos em Luanda?

R. — Eu julgo que não há presos políticos, porque na verdade essa realidade até já foi constatada pelas instâncias internacionais.

P. — Mas eu falava-lhe das pessoas que foram metidas nas cadeias sem culpa formada depois da batalha de Luanda?

R. — Esses não são presos políticos. Essa situação, aliás, já foi objecto de clarificação. Em Junho de 1993 nós deslocámo-nos, no âmbito de uma ofensiva diplomática a nível governamental, a

Continua na pág. 7

Continuação da pág. 5

Uma rainha em Orlando, Soweto

amigos de Judo, aliás, Edward Manqangwanzi, uma das personagens mais populares de Orlando Oriental. Porquê Judo? "Chamaram-me Judo porque quando eu era jovem as pessoas tinham medo de mim. Eu era um selvagem. Lutava muito e conseguia sempre derrubar os outros." É difícil acreditar: Judo, não deve medir mais de 1,50m de altura. Tem o aspecto frágil e os olhos orientais dos boequimanos. Move-se como um gato, como se pisasse vidro.

Não faz segredo do seu passado: "Antigamente eu roubava." Passou 17 anos preso: "Entrava, saía e voltava a entrar." Na verdade, Judo gosta mais de falar do passado que do presente. Conta que nasceu em Alexandra, em 1945, e que veio para o Soweto ainda criança. "A minha família era rica", diz, mostrando a casa onde cresceu e que hoje partilha com um irmão gémeo. É uma vivenda com dois quartos e uma sala. A mobília parece nova. Na sala, os sofás ainda estão protegidos por uma

cobertura de plástico.

Muito perto da casa de Judo fica o "shebeen" de Letha, um dos melhores lugares de Orlando para conhecer pessoas e fazer amigos, ou simplesmente para beber uma cerveja e conversar. Letha é uma mulher ainda jovem, de corpo pesado, vestida com um único pano, que traz preso acima do peito. É ela quem vai buscar mais duas cadeiras e as bebidas. O "shebeen" é particularmente animado à noite, quando as pessoas aparecem para dançar. Durante o dia transforma-se numa espécie de bar ao ar livre, debaixo do sol. "Soweto está cheio de lugares como este", diz Judo. "Há mais 'shebeens' do que igrejas."

Letha conta que na época mais dura do "apartheid", quando era proibido vender álcool nas zonas reservadas aos negros, as proprietárias dos "shebeens", chamadas rainhas, recorriam a um correio — um homem branco que trazia o álcool da cidade. Para escaparem à vigilância da polícia, os correios

serviam-se de todo o tipo de artificios: escondiam o álcool em pequenos frascos no forro dos casacos, dentro de ovos, ou na câmara de ar das bicicletas.

Uma mulher penteia o cabelo de outra, tão gorda que necessita de dois bancos para se sentar. O marido da mulher gorda chama-se Boy. Está desempregado há cinco anos, mas nem por isso perdeu a fé no futuro. "Este país está a mudar", diz enquanto enrola um cigarro de "dagga", o nome que por aqui se dá à marijuana. "Mandela vai ter de cumprir as promessas que nos fez. Vamos esperar algum tempo. Se não cumprir, chupamos-lhe o sangue."

Quer dizer que daqui a cinco anos o povo do Soweto pode votar no Congresso Pan-Africano? Boy ri-se com desprezo: "Ninguém vai votar no PAC; os dirigentes do PAC estão sempre a falar no regresso às raízes. Isso quer dizer que vamos ter de vestir uma tanga de leopardo? Nós preferimos usar casaco e gravata." Então votam em quem?

"Mandela não é o único dirigente do ANC. Há outros: o Mbeki, o Ramaphosa. Vamos esperar para ver..."

Sentado a um canto está um jovem. Escuta atentamente, mas não participa da conversa. Bebe em silêncio. Judo aponta-o com o dedo: "Aquele é moçambicano. Fala português." Realmente, José Simão fala português. E outras línguas? Simão conta pelos dedos: "Falo só português, inglês, zulu, xhosa e xangane." Tem 25 anos e está na África do Sul vai fazer quatro, sempre a trabalhar nas minas. Uma família em Joanesburgo, outra na cidade da Beira.

A vida é boa na terra do rand? Simão atropela as palavras, feliz por poder falar sem que os outros o compreendam: "Boa? A vida aqui é uma porcaria. Só vim por causa do dinheiro. A vida é má. A música é má. A comida é má. Para o ano volto para Moçambique. Junto o meu dinheiro e volto. Estes gajos não sabem viver." ■

Continuação da pág. 6

Deputados portugueses convidados a visitar as cadeias de Angola

vários países — passei aqui por Lisboa, Suíça, Bruxelas, Holanda...

P. — Mas por que é que considera que não são presos políticos?

R. — Eu não considero que sejam presos políticos, porque a constatação de que isso foi um facto que ocorreu numa altura... Isso aconteceu depois dos factos ocorridos em Setembro e em Outubro. Tudo isso aconteceu depois da negação dos resultados eleitorais pelo dr. Savimbi. E essas pessoas todas tinham que ser efectivamente acolhidas. Como sabe, um pouco antes das eleições, a direcção da UNITA mandou vir vários militantes seus: uns de Portugal, outros da Jamba, outros dos vários pontos do país, para poderem fazer toda uma campanha em Luanda. Depois de ter havido as eleições, depois do dr. Jonas Savimbi — que é o responsável principal por tudo isto ter sido desencadeado...

P. — Mas as perseguições e prisões arbitrarias às pessoas que votaram na UNITA são justificáveis à luz disso?

R. — Deixe-me concluir, por ser conveniente para que isso fique clarificado a nível da história e porque os factos não o podem ser através das causas. É conveniente sempre esclarecer este facto: depois de o dr. Jonas Savimbi ter declarado a guerra — e eu sei que a UNITA tinha sonhado o seu exército e eu falo muito à vontade, porque fui militante da UNITA e sei que existia um exército de elite que tinha sido escondido à observação internacional — quem pegou em armas não foi o exército do Governo, foi o povo...

P. — O povo não tinha as armas em casa, foram-lhe distribuídas umas semanas antes dos massacres de Luanda?

R. — De qualquer das formas, no anterior sistema de partido único havia o chamado poder popular. Eu não era do MPLA para lhe poder atestar isso nem assumir algumas responsabilidades em termos da distribuição de armas.

P. — O senhor está no Governo desde Dezembro de 1992, altura em que assume a pasta da Justiça e tem as cadeias de Luanda cheias daquilo que insisto em chamar

os políticos, porque tratada de pessoas que foram levadas para as cadeias por quem ganhou a batalha de Luanda, sem processo e sem culpa formada, e ainda lá estão?

R. — Quem fez isso? O Governo de que eu faço parte?

P. — Eu disse que o senhor ministro herdou essa situação.

R. — É uma situação encontrada já na segunda república. Eu estava-lhe a contar a história concreta de toda essa situação e quando eu cheguei ao parlamento alemão fui encontrar uma listagem muito grande — que foi levada pela dra. Fátima Roque e pelo dr. Carlos Morgado [dirigentes da UNITA que se encontram em Lisboa] — e depois de vê-la disse: não senhor, não há aqui ninguém que esteja preso. E vou-lhe dizer mais: muitas dessas pessoas estiveram na messe dos oficiais, em Luanda. O Governo de então teve de tomar medidas imediatas para colocar essas pessoas e montar segurança nos hotéis onde elas se encontravam.

P. — São os casos de Abel Chivukuvuku e de Vitorino Hossi, que estão retidos em Luanda. E digo retidos porque, por exemplo, o dr. Hossi tem sido impedido de sair do país?

R. — Ora bem. O dr. Vitorino Hossi não poder sair de Luanda isso é qualquer coisa que eu não posso esclarecer devidamente, porque estive algum tempo fora. Mas eu julgo que ele não está lá detido.

P. — Mas ele já fez, tanto quanto sei, cinco tentativas para sair de Luanda e foi impedido pelas autoridades, uma das vezes já no aeroporto.

R. — Eu pelo menos não tive conhecimento de nenhuma tentativa de saída do país. Mas também posso-lhe dizer que a dra. Fátima Roque enquanto esteve lá esteve no hotel — e se estar no hotel para si é cadeia, tudo bem. E tenho ainda outro argumento. Quando estive no Bundestag [parlamento alemão] e me perguntaram porque é que essas pessoas todas não saem de Angola eu disse: se o Governo alemão quiser assumir essa responsabilidade, se os senhores pretendem isso, tudo bem. O Governo [angolano] até

agradecerá, porque será menos um abcesso que neste momento tem de estar efectivamente a suportar. Mas há governos — e o mesmo será dizer o Governo português que agora fazem tudo para despejar os angolanos, que fogem da guerra, um país e um povo irmão, quase se assumindo um certo fenómeno... eu não me queria referir a qualquer espécie de xenofobia...

P. — Mas sabe que essas pessoas põem a hipótese de ir para o Huambo?

R. — Eu julgo que nesta altura seria estimular o partido único. Ora diga-me se essas pessoas estando em Luanda não estão no seu próprio país?

P. — Mas se não querem estar em Luanda, porque é que hão-de estar em Luanda?

R. — Agora resta-me também saber se da parte do próprio dr. Jonas Malheiro Savimbi ele os receberia...

P. — Voltando ao dr. Vitorino Hossi?

R. — Nunca me chegou qualquer pedido do dr. Vitorino Hossi para sair. Ele várias vezes veio ao meu ministério e chegou a dizer-me que neste momento não lhe convinha sair.

P. — Ele foi convidado pela Ordem dos Advogados, através da embaixada de Portugal em Luanda, para assistir à cerimónia do Dia do Advogado, quinta-feira no Porto. Mesmo assim não o deixaram sair. Porquê?

R. — Eu lamento que também não me tivesse sido dirigido convite da Ordem dos Advogados, porque também, ainda com anterioridade em relação ao dr. Vitorino Hossi, estava inscrito na Ordem dos Advogados há bastante tempo. Esta é uma questão que não é da minha competência,

mas inferir que exista alguma prisão ou alguma detenção, para isso haverá agora uma

Nunca me chegou qualquer pedido do dr. Vitorino Hossi para sair. Ele várias vezes veio ao meu ministério e chegou a dizer-me que neste momento não lhe convinha sair.

oportunidade soberana que é a visita dos deputados portugueses que subscreveram o manifesto.

P. — Outro aspecto para que têm alertado vários organismos internacionais é para a ausência de liberdade de imprensa em Angola e para a violência contra os jornalistas?

R. — Eu julgo que os jornalistas, tanto quanto eu ouso saber, morreram mais na parte controlada pela UNITA. Quanto à liberdade de imprensa, isso não corresponde minimamente à verdade. Hoje os jornalistas podem falar de um qualquer ministro e de toda a gente.

P. — Mas isso pode corresponder ao que dizem os relatórios dos Repórteres sem Fronteiras e do MISA (Instituto dos Media da África Austral) sobre o controlo dos jornais, da rádio e da televisão, não pelo Governo, mas por sectores radicais do MPLA?

R. — Não será tão claramente assim. A situação de guerra e a situação económica podem não permitir que surjam empresários a investir na comunicação social. A democracia que Angola está a viver tem apenas dois anos. ■

Dádivas para Luanda

PÚBLICO, 23.5.94

QUINZE TONELADAS de diversos bens já tomaram o caminho de Angola, após saírem dos escritórios da Liga Permanente Internacional de Combate à Fome (LPCF), no Porto. Neste pacote de ajuda ao povo angolano

incluem-se carteiras escolares, livros de preparação básica, roupas usadas, géneros alimentares, medicamentos e algum equipamento hospitalar que a LPCF, uma associação privada, reuniu durante meses, e que agora fez embarcar no navio Thomas d'Aquin, em Leixões. A Liga recolhe as doações através de acções junto de particulares e escolas primárias, tendo realizado no último fim-de-semana uma colecta em hipermercados. ■

Contentamento e medo em Angola e Moçambique

PÚBLICO, 25.5.94

ANGOLA e Moçambique, que apoiaram o Congresso Nacional Africano (ANC) durante a sua longa luta contra o domínio da minoria branca na África do Sul, estão a olhar a ascensão ao poder dos seus aliados com um sentimento misto de contentamento e medo.

Responsáveis dos dois governos ex-marxistas esperam que o Governo de unidade nacional liderado pelo ANC — que chegou ao poder depois das históricas eleições multirraciais do mês passado — promova a paz e a estabilidade numa região que foi desestabilizada pelo regime do apartheid.

Mas, os mesmos responsáveis destas duas antigas colónias portuguesas devastadas pela guerra e pela pobreza, receiam ser engolidos pelo poder económico do seu gigantesco e rico vizinho.

"Esperamos que o novo Governo traga estabilidade e paz à região", afirmou um alto funcionário angolano que esteve na África do Sul para assistir à tomada de posse do líder do ANC, Nelson Mandela, como primeiro Presidente negro do país. "Mas também receamos que as ajudas estrangeiras e o investimento sejam desviados do nosso país".

Durante os anos 70 e 80, os dirigentes brancos da África do Sul tentaram minimizar os governos de esquerda de Angola e Moçambique que receberam os refugiados do ANC e deram treinos militares aos seus guerrilheiros. Pretória apoiou os movimentos rebeldes nas guerras civis de ambos os países, contribuindo para o caos económico e para a fragilidade política em que estão mergulhados tanto Angola como Moçambique.

E, agora, tanto os responsáveis angolanos como moçambicanos receiam uma nova ameaça por parte do vizinho sul-africano — a fuga do investimento estrangeiro, que lhes é crucial. "Há grandes receios em que a África do Sul se torne na 'favorita' de todos", afirmou um diplomata norte-americano em Maputo.

Uma preocupação partilhada tanto por Moçambique como por Angola é que os capitais sejam canalizados por intermédio da África do Sul, em vez de serem investidas directamente pelas companhias e pelos governos estrangeiros. Os responsáveis dos dois países queixam-se ainda de que não podem competir com a África do Sul em matéria de

infra-estruturas em todos os sectores, desde o turismo aos transportes.

Estes receios são maiores em Moçambique, de onde milhares de pessoas saíram em busca de trabalho na África do Sul. Só nas minas sul-africanas, trabalham cerca de 50 mil moçambicanos. Fontes ligadas ao sector industrial dizem que este número só não aumentou nos últimos anos devido às apertadas leis de imigração sul-africanas. E os receios quanto a esta população são ainda maiores porque o novo Governo de Pretória prometeu criar milhares de postos de trabalho e vai proteger, em primeiro lugar, a população negra sul-africana.

O ministro do Trabalho moçambicano, Teodato Hunguana tenciona levantar a questão quando, em breve, visitar a África do Sul onde se avistará com os membros do novo Governo, revelou um membro do seu gabinete.

Moçambique está também preocupado com o facto de os países ocidentais e as organizações não governamentais darem sinais de que vão repensar as suas políticas de ajuda à região dando maior ênfase aos investimentos na África do Sul, em de-

trimento dos outros países.

O departamento de estrangeiros das universidades canadianas, por exemplo, reabriu a sua sede em Joanesburgo e planeia encerrar a delegação moçambicana. E a Cruz Vermelha Internacional deverá reduzir a sua presença em Moçambique.

Outra área que está a dar algumas dores de cabeça aos responsáveis moçambicanos é a possibilidade de o movimento de navios ser desviado para o país vizinho. Em Moçambique, as esperanças de reconstrução da economia em tempo de paz centravam-se especialmente no desenvolvimento das actividades nos portos da Beira e de Maputo, competindo com o porto sul-africano de Richard Bay.

O ex-ministro dos Transportes, José Luís Cabaço, agora empresário privado, diz que os portos moçambicanos só tinham hipóteses de competir se fossem económicos e eficazes. "Se houver má segurança e incompetência nos portos, tornam-se extremamente dispendiosos e arriscados para os exportadores e, claro, perdem competitividade."

Judith Matloff/Reuter, em Joanesburgo

"Nino" candidatou-se

PÚBLICO, 25.5.94

O CHEFE de Estado cessante da Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino" Vieira, entregou ontem no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Bissau, o pedido de oficialização da sua candidatura às presidenciais de 3 de Julho. Pouco depois, também o Partido da Convergência Democrática (PCD, oposição) entregou ao STJ as listas de candidatos às legislativas da formação liderada por Vítor Mandinga. "Nino" Vieira foi a segunda das oito personalidades que manifestaram a intenção em disputar as presidenciais a entregar os documentos nesse sentido. A primeira foi Carlos Domingos Gomes, um independente apoiado pelo PCD. Hoje, é o último dia para os concorrentes regularizarem o seu concurso. ■

Malanje bombardeada

PÚBLICO, 24.5.94

A CIDADE de Malanje encontrava-se ontem sob intensos bombardeamentos atribuídos à UNITA, anunciou a rádio oficial de Angola no momento em que, considerando a falta de condições de segurança, o Programa Alimentar Mundial (PAM) suspendeu todos os seus voos diários destinados à capital da província do mesmo nome. A PAM decidiu interromper sexta-feira os seus voos para Malanje, sitiada pela UNITA que abriga 240 mil refugiados, depois de um dos seus aparelhos ter sido atingido por disparos quando procurava aterrar. O avião conseguiu regressar a Luanda, mas a agência da ONU fez saber que não retomaria o auxílio enquanto o Governo angolano e a UNITA não assegurassem "totais condições de segurança". ■

Oportunidades de investimento em debate

Economia sul-africana em ritmo acelerado

OS SUL-AFRICANOS revelam uma grande dose de optimismo e de confiança no futuro político e económico do seu país, apesar de terem pela frente uma tarefa dura. Ontem, em Lisboa, diversos dirigentes sul-africanos e portugueses residentes naquele país intervieram na conferência "Portugal e a nova África do Sul: identificação de negócios e investimentos na África Austral", tendo manifestado a opinião de que o fu-

turo do país é radioso.

A transição pacífica permitirá que a economia cresça, este ano, entre 3,5 e quatro por cento em termos reais, e pelo menos cinco por cento nos três anos seguintes, "não sendo no entanto de excluir taxas de seis a sete por cento", referiu Roelof Botha, de 40 anos, professor de Economia na Rand Afrikaans University e filho do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e actual ministro da Energia e

Minas, Pik Botha.

Roelof Botha crê que o desenvolvimento do seu país terá uma forte influência em toda a África Austral, a ponto de, "em dez anos, a região se poder tornar num dos maiores blocos comerciais do mundo". Ainda no domínio comercial, foi referido o empenhamento do país no Acordo Geral de Tarifas e Comércio, para o que fez uma proposta de redução em um terço das suas taxas aduaneiras, e o

abandono progressivo da política proteccionista.

Antes, porém, há muito que fazer, e inúmeras oportunidades para os investidores estrangeiros, portugueses incluídos. Joseph Ndhlela, co-presidente da Iniciativa Económica Nacional do Transvaal, especificou que, anualmente, o país precisa de criar 300 mil novos

Continua na pág. 9

Salário mínimo continuou congelado

Fiasco no comício de encerramento da central sindical moçambicana

PÚBLICO, 25.5.94

O COMÍCIO de encerramento do congresso da central sindical moçambicana OTM redundou em fiasco, quando os três mil trabalhadores presentes abandonaram o local, ao tomarem conhecimento que o salário mínimo permanecia imutável.

O comício, que teve lugar na Praça dos Trabalhadores, em Maputo, no sábado, assinava o encerramento do terceiro congresso da central única Organização dos Trabalhadores Moçambicanos, que decorreu durante toda a semana finda nas instalações da escola da Frelimo, na Matola.

O abandono do local ocorreu cerca de uma hora depois

de principiar o comício, a meio do discurso do presidente cessante, Augusto Macamo. O veterano sindicalista informava então os trabalhadores que a revisão do salário mínimo ainda estava em discussão e que nada podia adiantar sobre datas ou cifras.

Macamo ainda tentou reter os presentes, lançando palavras de ordem "históricas" como "A luta continua" e "Viva a unidade sindical", mas não encontrou qualquer eco. Gritando protestos como "Estamos fartos de ser enganados", os três mil assistentes esvaziaram a praça, deixando a liderança sindical sozinha no palanque.

Os trabalhadores, que es-

peravam ver anunciado um aumento do salário mínimo durante o comício, acusavam a OTM de "pactuar com o governo e nada fazer" em defesa dos seus interesses.

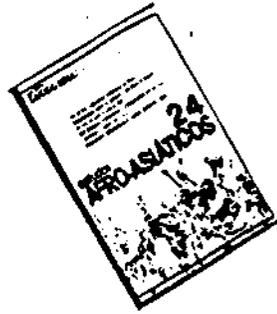
O comício destinava-se a apresentar os novos dirigentes apontados pelo congresso. O secretário-geral Soares Nhaca conservou o seu posto e a presidência transitou para Joaquim Fanheiro, com a passagem à reforma de Augusto Macamo, fundador da OTM e membro do comité central da Frelimo.

Embora o terceiro congresso fosse anunciado como um momento de mudanças profundas no movimento sindical, os observadores foram unânimes

em considerar que, para além de discursos de intenção, pouco ou nada mudou. O semanário independente Savana escreveu sexta-feira que "pouca mudança se poderia visualizar" e o seu concorrente domingo concordou que "um olhar atento ao programa dos próximos cinco anos da OTM não traz à superfície nada de novo".

A revisão do salário mínimo nacional, actualmente fixado em menos de 2500 escudos mensais, encontra-se no centro das infrutíferas conversações que há meses vem mantendo o fórum de concertação social, reunindo Governo, patronato e sindicatos. ■

José Pinto de Sá, em Maputo



Polícia de Nampula: guerra aos jornalistas

PÚBLICO, 25.5.94

O COMANDANTE da polícia de Nampula declarou guerra aos jornalistas, numa escalada de irregularidades que vêm caracterizando a actuação da corporação naquela província moçambicana.

"Vocês, jornalistas, querem guerra com a polícia. Então vamos!", disse o comandante Jorge Kalau ao delegado da Rádio Moçambique em Nampula, Saúzande Jeque. "Agora vou prender-vos a todos."

O comandante Kalau falava na sexta-feira no distrito de Nampula, no decurso do almoço de despedida oferecido ao Presidente Chissano no termo da sua visita à província de Nampula. As ameaças, gritadas na presença de ministros, surgiram na sequência dos protestos da comunicação social moçambicana contra a detenção ilegal do radialista Rosário Sweleque.

Sweleque foi detido sem culpa formada durante cinco dias e posteriormente libertado sem qualquer explicação, no princípio do mês. A sua detenção surgiu como retaliação contra uma peça de teatro radiofónico daquele jornalista, durante a qual o cacarejar de uma galinha foi usado para caricaturizar a fala de um polícia.

No dia 9, um fotógrafo da revista "Tempo", Jorge Tomé, viu o seu filme confiscado por

um grupo de polícias que acabava de fotografar na estação ferroviária de Nampula. Os polícias, que revistavam bagagens de modo irregular, obrigaram o repórter a entregar o rolo sob pretexto de que ele não dispunha de "autorização especial" para fotografar agentes da lei.

Entretanto, já se encontram desde sábado em Nampula dois responsáveis do Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS), para levar a cabo um inquérito sobre as circunstâncias da detenção de Sweleque.

As irregularidades contra jornalistas suscitaram críticas de vários sectores à actuação da polícia em Nampula, marcada por numerosas acusações de ilegalidade.

No dia 16, reprimindo uma manifestação de grevistas que exigiam o pagamento de 27 meses de salários em atraso, a polícia desencadeou um tiroteio desordenado que viria a causar uma dezena de feridos. O incidente teve lugar no dia da chegada a Nampula do Presidente Chissano, no quadro de uma digressão pré-eleitoral que já o levou a cinco províncias. Ontem, terça-feira, Chissano concluiu a sua estada em Cabo Delgado, orientando um comício na capital provincial, Pemba. ■ J.P.S.

Continuação da pág. 8

Economia sul-africana em ritmo acelerado

empregos, dirigidos sobretudo à população negra, preparar 1799 novos professores e construir 130 mil novas casas, 1800 hospitais e 450 escolas. E afirmou que para se concretizarem estes objectivos "a economia tem que crescer a um ritmo de 5,6 por cento ao ano".

Oportunidades para portugueses

Dois oradores portugueses, João Pinto Fernandes, secretário-geral do Grémio de Empresários de Língua Portuguesa na África Austral, e Caleia Rodrigues, delegado do Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (Icep) na África do Sul, referiram as possibilidades que as empresas portuguesas têm naquele país.

Focaram, nomeadamente, o programa de construção de habitação social, que este ano deverá edificar 200

mil novas casas, segundo Pinto Fernandes (300 mil segundo Caleia Rodrigues), e um milhão (1,5 milhões para o representante do Icep) nos próximos cinco anos.

Este programa integra-se num dos objectivos fundamentais do actual Governo, que pretende introduzir novas condições para a maioria negra do país e promover a redistribuição da riqueza — para o que se aposta na educação escolar e na formação profissional.

A este propósito, Joseph Ndhlela referiu que se prevê que no ano 2000 a fatia do rendimento disponível na posse da população branca diminua para 40 por cento, contra 73 em 1970 e 55 em 1980. Pinto Rodrigues, por sua vez, sublinhou que os brancos e mestiços detêm actualmente 98 por cento do capital do país e ocupam 97,5 dos cargos administrativos. ■ J.S.

Governo autorizou empresa espanhola a vender material militar a Angola

PÚBLICO, 25 5 94

O GOVERNO espanhol permitiu à empresa privada Ekinsa a direcção e controlo entre 1991 e 1993 da colaboração institucional em matéria de segurança entre Espanha e Angola, informa o jornal "El País" na sua edição de ontem.

A empresa, com excelentes relações nos ministérios do Interior de ambos os países, adiantou inclusive o pagamento dos custos da preparação e treino em Espanha dos responsáveis destinados à polícia angolana.

A Ekinsa exportou para Angola material militar no valor de 4400 milhões de pesetas (5,5 milhões de contos) e também se encarregou das operações de segurança, incluindo o envio do "papamóvel", durante a visita de João Paulo II a Luanda, em Junho de 1992.

Segundo "El País", a actividade de Ekinsa não tem qualquer relação com a operação de

tráfico de material de guerra em que se empenharam o ex-director geral da Guardia Civil, Luis Roldan, actualmente em fuga, e Francisco Paesa, apresentado como assessor das autoridades angolana e que foi investigado no caso dos GAL.

"El País" cita declarações do presidente da Ekinsa, Cesar de la Prida, segundo o qual o relacionamento comercial da sua empresa com Angola começou em 1986 e culminou em 1991 com a assinatura de um protocolo entre o Governo de Angola e a empresa espanhola, pelo que esta passou a actuar como "representante oficial paralelo" do Ministério do Interior de Angola.

A primeira colaboração de Ekinsa consistiu na formação de comandos para a futura polícia angolana. Durante 1992, dezenas de comandos angolanos foram preparados pela Guardia Civil e as despesas foram pagas pela empresa espanhola, que posteriormente os cobrou de di-

ferentes maneiras ao Governo de Angola. Uma delas foi a venda de material de segurança espanhol para a polícia angolana, uma grande parte dele com recurso a créditos oficiais.

A operação de venda de material de segurança entre 1991 e 1993 foi de 40 milhões de dólares, segundo os responsáveis de Ekinsa, e só 20 por cento deste montante se terá destinado a armas propriamente ditas.

Militares e polícias desentendem-se

Oito mortos, entre os quais três crianças, e cinco feridos é o balanço de uma rixa entre elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da polícia anti-motim, registada segunda-feira à noite, soube ontem a agência Lusa no local.

O incidente ocorreu num bar onde os comandos especiais das FAA e da polícia anti-motim regressados da opera-

ção que culminou com a reocupação da cidade de Ndalatando se reuniram para comemorar, depois de receberem os salários e outros prémios suplementares de guerra.

Segundo testemunhas oculares, depois de um consumo excessivo de bebidas alcoólicas, um elemento da polícia anti-motim fez um gesto considerado ofensivo por um militar das FAA, que atirou a matar.

Em resposta, os restantes elementos da polícia anti-motim balearam o primeiro atirador, o que fez com que os militares das FAA abandonassem o bar, deslocando-se à sua unidade, perto do aeroporto, regressando com diversas armas pesadas, como lança-roquetes, RPG-7, granadas e obuses.

Da troca de tiros que se seguiu resultaram oito mortes entre os transeuntes e militares, ferimentos em mais cinco pessoas, a destruição total de duas casas e parcial de uma terceira residência. ■

Presidente sul-africano anuncia grandes linhas da governação

Mandela seduz investidores

A liberdade e a democracia para todos os cidadãos foram a tónica do primeiro discurso do novo Presidente sul-africano ao Parlamento. Os principais destinatários das promessas de Nelson Mandela foram os empresários. O novo Governo tem de diminuir as desigualdades sociais sem pôr em risco o investimento. Enfim, a África do Sul vai assinar a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Construir uma sociedade fundada na liberdade do indivíduo para restaurar a dignidade

de cada cidadão é a base do Governo sul-africano do Presidente Nelson Mandela, que, por entre salvas de canhão, aviões riscando o céu com as cores da nova bandeira sul-africana e cânticos em xhosa, a língua da sua etnia, entrou ontem no Parlamento da Cidade do Cabo para fazer o seu primeiro discurso.

Depois de ter percorrido uma passeadeira vermelha e na mesma sala de onde a minoria branca sul-africana governou o país à revelia da maioria negra nos últimos 110 anos, mas onde também o "apartheid" foi liquidado para sempre, Mandela declarou que o seu Governo de unidade nacional vai alargar as fronteiras do cumprimento dos direitos humanos e da liberdade.

"Temos de construir uma sociedade livre, centrada no povo, para que ela garanta as liberdades políticas e os direitos humanos a todos os cidadãos, uma sociedade livre da fome, das privações, da ignorância e do medo", disse o primeiro Presidente negro da África do Sul, ouvido, na galeria, por aquele que foi, em

grande parte dos seus 27 anos de cativo, o seu carcereiro, James Gregory.

Enunciados os objectivos últimos da sua governação, servidos por citações da poetisa sul-africana Ingrid Jonker, que se suicidou, em 1965, após ter cortado relações com o pai, um legislador branco, Mandela centrou a sua intervenção nos primeiros desafios económicos.

O Governo vai gastar 2,5 milhões de randes no seu programa de reconstrução nacional, importância que quadruplicará dentro de cinco anos. Estes fundos, conforme se lerá no plano orçamental a apresentar no próximo mês, virão de poupanças e da reorientação dos gastos públicos, tudo no âmbito do Plano de Reconstrução e de Desenvolvimento do Congresso Nacional Africano (ANC).

Cem dias

Mandela prometeu também melhorar as condições de vida dos negros sul-africanos, sublinhando, no entanto, que é preciso compatibilizar a urgência da promessa com a necessi-

dade de contenção das despesas reais do Governo nos níveis actuais, reduzindo o défice do orçamento sem agravar os impostos.

Como "sinal da sua seriedade" na liderança destas e de outras questões, Mandela marcou uma meta de cem dias para pôr em prática vários projectos sob a sua supervisão directa. Entre esses projectos contam-se cuidados médicos gratuitos a todas as crianças menores de seis anos e mulheres grávidas, em todos os hospitais onde tais serviços existam, e esquemas de alimentação nutricional em várias escolas primárias onde essa necessidade se faz sentir.

A ligação da electricidade em 350 mil lares que ainda a não têm foi outra promessa a cumprir até ao final do actual ano financeiro.

Mas, se o principal objectivo de Mandela, segundo observadores na Cidade do Cabo, foi tranquilizar os investidores estrangeiros, receosos de que o Governo desvie recursos para dar, num ápice,

Continua na pág. 11

Rei zulu no "Guinness Book"?

PREOCUPANTE para o novo Presidente sul-africano, mas líquido para o líder do partido zulu, a passagem da titularidade de 1,2 milhões de hectares de território do Estado para uma empresa privada do rei zulu Goodwill Zwelithini ameaça transformar-se na primeira grande dor de cabeça de Nelson Mandela.

A imprensa sul-africana fez da questão a sua manchete esta semana. Escreveu que o negócio foi objecto de um acordo secreto entre o anterior Presidente e chefe do Partido Nacional, Frederik de Klerk, e o líder do Partido da Liberdade Inkatha (IFP, de base zulu), Mangosuthu Buthelezi. Escreveu que

a combinação constitui agora um "diferendo" entre o novo Presidente e o IFP.

O acordo, que, segundo o "Sunday Times" de Joanesburgo, torna Goodwill Zwelithini o maior proprietário do mundo, ultrapassando o recorde do Duque de Buccleuch, que figura no Guinness Book, incide sobre um quinto da área total do antigo bantustão do Kwazulu, desmembrado com a entrada em vigor, no dia 27 de Abril, da nova Constituição da África do Sul. Terá concorrido para levar o IFP às eleições, mas acabou por ser um presente envenenado do Presidente cessante para o candidato favorito das eleições.

PÚBLICO, 25.5.94

A promessa de transferência terá sido aprovada dois dias antes das eleições gerais, exactamente no dia 25 de Abril, por Frederik de Klerk. Altos responsáveis do Congresso Nacional Africano (ANC) afirmam desconhecer o assunto, tanto mais que ele viola a moratória sobre a cessão de bens territoriais estatais e o futuro da reforma territorial. Mas o novo ministro dos Assuntos Territoriais, Derek Hanekom, membro do ANC, anunciou ter ordenado uma vigilância permanente dos seus escritórios para impedir que os documentos — existem documentos — relativos à questão desapareçam.

Emprestando ainda mais

credibilidade à efectiva existência de uma combinação nesse sentido, Mangosuthu Buthelezi fustigou esta semana os jornalistas que noticiaram um desentendimento entre ele e Nelson Mandela. "Não há diferendo no que me respeita", disse o chefe zulu. "Esta história de terras suscitou uma grande preocupação", disse o novo chefe de Estado.

O problema devia ter sido analisado na primeira reunião do Governo, segundo Mandela, mas Buthelezi diz que o assunto não foi abordado. Também Hanekom devia ter dado, na segunda-feira de manhã, uma conferência de imprensa, mas ela não aconteceu. ■

Oposição acusa o poder de esbanjamento

JÁ NÃO subsistem dúvidas de que as eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau se vão realizar a 3 de Julho. O recenseamento decorreu de forma satisfatória, a Comissão Nacional de Eleições dispõe dos meios mínimos para supervisionar todo o acto e até já se encontram no país alguns observadores internacionais.

Os discursos partidários da pré-campanha sobem de

tom e deixam adivinhar que muita roupa suja vai ser lavada. À partida existem oito candidatos, com nítida vantagem de "Nino" Vieira, que se regozija com a dispersão de votos entre os seus sete opositores, embora nos meios políticos impere a ideia de que, no final, só restarão três ou quatro "presidenciais". As legislativas vão ser disputadas por uma coligação de seis partidos,

PÚBLICO, 26.5.94

denominada União para a Mudança, mais cinco partidos ligados por um acordo político, o Partido da Convergência Democrática (PCD) e o PAIGC, o que totaliza oito listas.

A menos de dois meses das primeiras eleições pluripartidárias, o chefe de Estado guineense insiste na "Presidência aberta", privilegiando o contacto directo com os moradores dos bairros de Bissau, depois de ter dado quase uma volta completa ao país. Embora a campanha eleitoral só comece a 12 de Junho, nem o ilhéu do Rei, situado em frente do cais de Bissau, com escassas centenas de habitantes, foi esquecido no vasto programa de comícios, marcados por promessas de "trabalhar mais para o progresso do país, na unidade, respeito e disciplina".

O general guerrilheiro, que passou à reserva há duas semanas por razões constitucionais, deseja a todo o custo manter-se no poder, onde chegou a 14 de Novembro de 1980, por via de um golpe de Estado que derrubou o seu ex-companheiro de armas, Luís Cabral. Um dos seus apoiantes, em declarações ao PÚBLICO, sustentou a ideia de que manter "Nino" no poder por decisão de voto é um imperativo histórico que premeia o seu papel de combatente anticolonialista e favorece a aplicação da democracia em sossego. Mas é também a partir desta premissa que se levantam vozes discordantes,

alertando para que "se 'Nino' ganhar, é o mesmo que dizer adeus à democracia e ao desenvolvimento".

A coligação Unidade para a Mudança, que agrupa seis partidos da oposição e tem em Alaje Bubacar Djalo o candidato às presidenciais, acusa "Nino" Vieira de se colocar acima das disposições constitucionais, respeitadas ou desrespeitadas quando bem entende. Mais longe vai o PCD, uma das forças com mais implantação no interior do país, afirmando não ter medo das "estratégias maquiavélicas e provocatórias do PAIGC" e estar disposto a responder "olho por olho, dente por dente".

Vitor Mandinga, líder do PCD, garante ter provas de corrupção e de falta de moralidade nos 20 anos de governação do PAIGC, prometendo divulgar tudo caso contínuem com a política de intimidação e de abuso, ao mesmo tempo "a comprar votos e cartões de eleitor".

A União para a Mudança deplora, num comunicado, "que, numa situação de penúria das finanças, em que os salários da função pública não são pagos e as estruturas estatais estão praticamente paralisadas, por não disporem de recursos", se assista ao que classifica como "autêntico esbanjamento dos fundos públicos" na campanha eleitoral.

Continuação da pág. 10

Mandela seduz investidores

um bom nível de vida à maioria negra dele sempre arrejada, uma notícia da agência Reuter, ao fim da tarde, indicava que os mercados de capitais tinham reagido bem. Um corretor, Nick Barnardt, disse ter ficado impressionado "pelo equilíbrio entre a resolução das necessidades de desenvolvimento social, disciplina financeira, crescimento económico e livre investimento".

O Presidente sul-africano não esqueceu ainda outras preocupações adiadas. Por exemplo, o regresso da África do Sul à Commonwealth, a comunidade anglófona que abandonou em 1961. "Esta importante comunidade espera-nos de braços abertos", disse Nelson Mandela, explicando que o Governo tomou essa decisão na sua primeira reunião, na segunda-feira.

Marcando, enfim, a plena inserção do país na comunidade internacional, Mandela referiu a próxima reintegração da África do Sul em organizações como a Organização de Unidade Africana, a assinatura de documentos internacionais tão importantes como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos e Sociais, e o início de negociações comerciais, por exemplo, com a União Europeia e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

"A nação deve fazer as pazes com o seu passado, num espírito de abertura e de perdão, e construir o futuro para se restabelecer e curar", disse. ■

Continua na pág. 12

Hossi quer sair de Luanda

PÚBLICO, 26 5 94

O DIRIGENTE da UNITA Vitorino Hossi, que se encontra retido em Luanda desde os sangrentos confrontos do último fim-de-semana de Outubro de 1992, disse ontem ao PÚBLICO que quer abandonar a capital angolana: "Se não tentei mais vezes sair de Luanda é porque sei que não conseguiria", disse, reagindo às afirmações do ministro angolano da Justiça, Paulo Chipilica, em entrevista ao PÚBLICO publicada na edição de segunda-feira.

Chipilica, que abandonou a UNITA em Fevereiro de 1992, afirmou que Vitorino Hossi não sai porque não quer: "Nunca alguma vez me chegou algum

pedido do dr. Vitorino Hossi para sair. Ele várias vezes veio ao meu ministério e chegou a dizer-me que neste momento não lhe convém a ele sair." O dirigente da UNITA refuta esta declaração, dizendo que falou com o ministro da Justiça "uma única vez, em meados de 1993, em termos estritamente profissionais".

Hossi é advogado, profissão que exerce em Luanda, e diz ter contactado com Paulo Chipilica apenas para se informar sobre questões judiciais: "Não falei com ele sobre a minha saída porque sei que não é da sua competência", sustenta.

Em conversa telefónica, Vi-

torino Hossi historiou as suas tentativas de saída de Luanda: "Tentei sair em 22 de Outubro de 1993 e fui impedido já no aeroporto, depois tentei em Fevereiro deste ano e voltei a encarar essa hipótese com o convite que me foi dirigido pela Ordem dos Advogados para participar na cerimónia do dia do advogado, no Porto."

Numa tentativa de conseguir a sua saída de Luanda, a Ordem dos Advogados dirigira a Vitorino Hossi um convite para assistir àquela cerimónia, que teve lugar no Palácio da Bolsa do Porto, na passada sexta-feira. De acordo com as informações de que o PÚBLICO

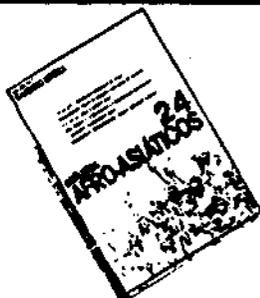
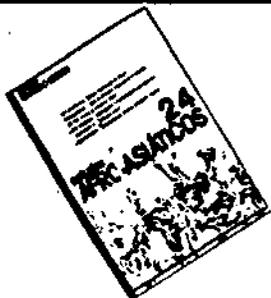
dispunha, esse convite teria sido dirigido através da embaixada de Portugal em Luanda, mas o jurista angolano diz que não recebeu o convite por essa via mas "através de outros canais".

Recorde-se que Vitorino Hossi fora indigitado pela UNITA, em Dezembro de 1992, para o cargo de ministro da Cultura, não tendo sido empossado nesse cargo, facto que não quis comentar. Sobre o facto de se encontrar a exercer advocacia em Luanda, diz: "O regime nunca me proibiu de trabalhar, até porque não me sustenta e por isso não me pode impedir de trabalhar." ■ A.M.

Combates em Cabinda

PÚBLICO, 27 5 94

OS COMBATES entre as forças armadas governamentais angolanas e os diferentes braços armados dos movimentos separatistas de Cabinda intensificaram-se nos últimos dias no Norte e Centro deste enclave, rico em petróleo, anunciaram ontem fontes em Luanda citadas pela France Presse. Os combates mais violentos travam-se no Norte, onde o Exército angolano lançou ataques contra o bastião dos separatistas da FLEC-FAC, liderados por Nzita Tiago. ■



Continuação da pág. 11

Oposição acusa o poder de esbanjamento

Críticas ao poder partem também da Comissão Nacional de Eleições (CNE), que detectou "atitudes contrárias ao bom funcionamento do processo eleitoral", incluindo haver viaturas com os dizeres "Nino' meu Presidente" a pedir a apresentação de cartões de eleitor aos cidadãos.

A mobilidade financeira manifestada pelo partido no poder contrasta com as sérias dificuldades da oposição, cujos partidos só dispõem de um carro e poucos meios de sonorização, insuficientes para animar uma campanha eleitoral. Talvez por esta mesma razão, os opositores têm sido "empurrados" para uma unidade que inicialmente se revelava impossível, devido às imensas contradições

existentes entre eles.

Na semana passada, cinco partidos, incluindo o Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes Gomes, outra força poderosa, assinaram um Acordo Político, que os obriga a apoiarem-se mutuamente e a somarem os seus resultados eleitorais nas legislativas "tendo em vista a Constituição de um governo que dure o período de uma legislatura". Muitas das formações que rubricaram este documento defendiam um governo de unidade nacional após as eleições, ao que "Nino" Vieira respondeu com um categórico não, argumentando que não se pode pedir ao Sporting para repartir os pontos com o Benfica. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Mandela dialoga com a oposição

PÚBLICO, 27 5 94

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, ofereceu ontem postos diplomáticos e nos serviços civis a partidos que não fazem parte do seu Governo de coligação. "O diálogo entre os líderes dos vários partidos políticos tem que continuar enquanto eu for presidente deste país", declarou Mandela aos jornalistas depois de um encontro com o líder do Congresso Pan-Africano, Clarence Makwetu, em tempos seu companheiro de detenção na colónia prisional de Robben Island, e o líder do Partido Democrático, Tony Leon. O Movimento de Resistência Afrikaner (extrema-direita) rejeitou qualquer encontro com Mandela enquanto não tiver sido dada uma amnistia a todos os militantes da extrema-direita presa. ■

ONU prolonga mandato da Unavem

PÚBLICO, 28 5 94

O SECRETÁRIO-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, prolongou ontem o mandato da Unavem II (missão de verificação de Angola) por mais três meses, mas afirmou que a presença desta missão no país pode ser reconsiderada se as negociações de paz que decorrem em Lusaca entre a UNITA e o Governo angolano continuarem a não dar resultados. A Unavem II foi criada em 1991 para supervisionar as eleições de Setembro de 1992, e integra actualmente, 50 observadores militares, 18 polícias civis e 11 médicos. Se houver acordo em Lusaca, disse Butros-Ghali, o Conselho de Segurança reforçará a presença da ONU em Angola. "Se as negociações não produzirem resultados positivos em breve, o Conselho pode tomar medidas apropriadas, incluindo acções sobre o futuro da missão", concluiu o secretário-geral. ■

Moçambique: recenseamento em marcha

PÚBLICO, 28 5 94

CERCA DE oito mil pessoas já receberam formação específica para proceder ao recenseamento dos 8,5 milhões de moçambicanos que deverão participar nas eleições presidenciais e legislativas previstas para os dias 27 e 28 de Outubro. O recenseamento, que deverá começar no próximo dia 1 e prolongar-se até 15 de Agosto, é particularmente complicado porque entre os eleitores contam-se 800 mil refugiados ou residentes nos países vizinhos. Consultores portugueses participam na coordenação da assistência técnica que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento está a dar ao processo eleitoral moçambicano. Estes consultores pertencem aos quadros da empresa Intersmet e participaram já nas eleições angolanas. O custo total das eleições em Moçambique está calculado em cerca de 13,7 milhões de contos. ■

'Jogadas' negociais

EXPRESSO, 28.5.94

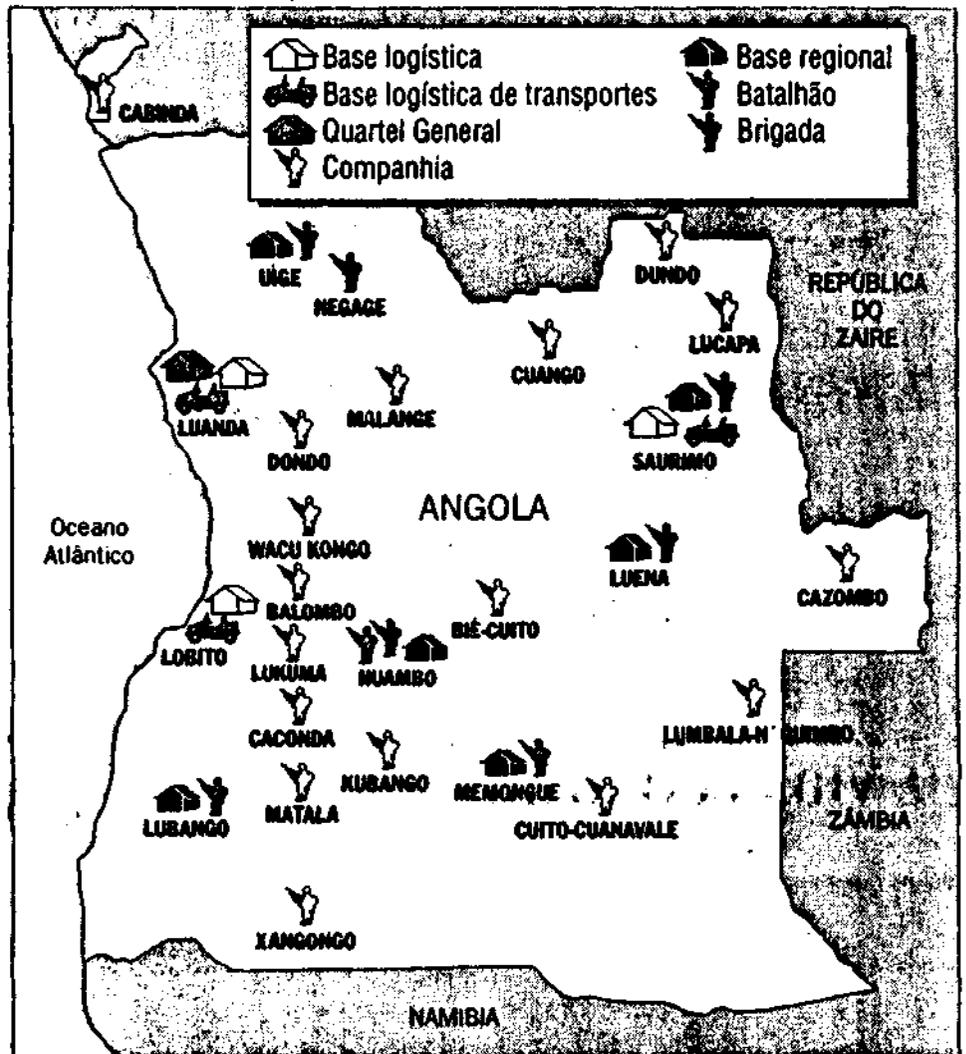
O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos obteve, à custa de duras críticas, a luz verde do Comité Central do MPLA para concluir as negociações de paz com a UNITA, em curso desde Novembro passado na capital da Zâmbia.

As críticas surgiram dos «duros» do seu partido, que chegaram a pôr em dúvida a sua capacidade de liderança «unipessoal» do processo de negociações com a UNITA. Uma fonte do Comité Central disse ao EXPRESSO que algumas destas intervenções foram graves porque, além de criticar a escalada de corrupção em que estão envolvidos alguns dos mais altos dirigentes do MPLA, expressaram uma implícita «falta de confiança política» na equipa negociadora do Governo, acusada de «excesso de condescendência para com o inimigo».

O Presidente acabou por colocar à disposição do plenário a substituição dos actuais negociadores. O efeito de surpresa causado por esta «jogada» permitiu o triunfo dos «moderados», favoráveis à tese presidencial, segundo a qual a via do diálogo continua a ser a única capaz de proporcionar uma paz duradoura a Angola.

O desfecho da discussão foi recebido com alívio por alguns dirigentes do MPLA cuja sobrevivência política chegou a ser posta em causa. Eduardo dos Santos saiu com margem de manobra necessária para «fazer as cedências que forem necessárias» para que se restabeleça a paz em Angola, sem abdicar, no entanto, de «princípios inegociáveis», segundo referiu uma fonte do seu gabinete.

Os pontos ainda em aberto nas negociações de Lusaca incidem sobre os aspectos políticos do acordo global com a UNITA, ou seja a chamada «reconciliação nacional». O mais polémico de todos diz respeito ao «estatuto de Jonas Savimbi» e à sua segurança pessoal e de outros dirigentes da UNITA durante o período de transição que se seguirá ao cessar-fogo. A proposta do Governo de Luanda prevê a atribuição ao líder da UNITA do estatuto de membro do Conselho da República — órgão de consulta do chefe de Estado, com funções semelhantes ao Conselho de Estado português — e de um corpo de segurança próprio.



A ONU e Luanda ultimam os preparativos para uma terceira missão de «capacetes azuis» em Angola (UNAVEM III), composta por 10 mil homens e com um orçamento superior a 300 milhões de dólares a ser suportado pela exploração de diamantes nas Lundas. O plano, a que o EXPRESSO teve acesso, aplicar-se-á a seguir ao cessar-fogo

Ultrapassadas estas últimas dificuldades, ficam por resolver os aspectos técnicos do cessar-fogo e da constituição do novo exército nacional.

Na próxima semana, o Conselho de Segurança deverá proceder a uma nova análise da situação angolana e prorrogar o mandato da actual missão das Nações Unidas em

Angola — UNAVEM II. O optimismo moderado dos negociadores permite prever o rápido arranque da nova missão da ONU em Angola (ver mapa).

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda
com NICOLE GUARDIOLA

Greve geral em Moçambique?

EXPRESSO, 28.5.94

FARTOS de tudo fazerem para sobreviver com um salário mínimo miserável, de assistir passivamente à degradação das condições de vida e das negociações inconclusivas entre representantes dos trabalhadores e o Governo, moçambicanos obrigaram a central sindical criada pela Frelimo a anunciar um ultimato: ou revisão do vencimento mínimo até finais de Junho ou greve geral — a primeira desde a independência, em 1975.

Aos gritos de «a luta continua», Augusto Macamo, o veterano membro da Comissão Permanente da Assem-

bleia da República, deputado deste órgão, membro da Frelimo e líder fundador da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos/Central Sindical (OTM/CS) desde 1976, não conseguiu cativar os cerca de três mil trabalhadores a permanecerem na Praça do Trabalhadores para onde se haviam dirigido apenas para serem informados que não havia nada de novo sobre a pretendida revisão do salário mínimo nacional de 76 mil meticais (cerca de 2300\$00/mês) num país onde um saco de arroz custa no mínimo 100 mil meticais (cerca de 3030 escudos).

Aos salários de miséria junta-se o problema dos vencimentos em atraso (entre três e 10 meses) o que dá origem a greves, às vezes violentas, durante as quais os trabalhadores «cobram» a dívida, espancando os patrões; milagrosamente, horas ou dias volvidos, o dinheiro em dívida aparece total ou parcialmente.

Uma única voz

O novo presidente da OTM-CS, Joaquim Fanheiro, de 39 anos, sem conotação formal com nenhum partido político, disse ao EXPRES-

SO em Maputo que a sua organização, que engloba doze sindicatos nacionais representando mais de 250 mil trabalhadores em todo o país, vai concertar posições com os três sindicatos dela dissidentes, agrupando cerca de 90 mil trabalhadores, para aparecerem «numa única voz» nas negociações com o Governo e os empregadores.

«Caso o Governo não tome nenhuma posição até finais de Junho, nós, como central sindical, vamos re-

Continua na pág. 14

Parlamento aprova moção de confiança

PÚBLICO, 31 5 94

O CHEFE do Governo cabo-verdiano Carlos Veiga viu aprovada pelo parlamento uma moção de confiança ao seu executivo. A Assembleia Nacional que se encontrava reunida desde o dia 16, discutiu e aprovou o relatório de actividades do Governo relativo ao ano passado, tendo a moção sido aprovada.

Contudo, em protesto pelo não cumprimento por parte do Governo do regimento da Assembleia Nacional, que exige três dias para apreciação de qualquer moção, seja ela de confiança ou de censura, a oposição representada pelo PAICV e por um grupo de 16 deputados independentes, acabou por não participar na votação, sábado, tendo abandonado a sala antes do teste.

A aprovação do voto de confiança ao executivo da Praia sua praticamente ao culminar de todo um processo de crise que se instalou no Movimento para a Democracia desde meados do

ano passado. Em Fevereiro, o partido no Governo viu consumada a cisão entre os grupos liderados por Carlos Veiga e pelo ex-ministro da Justiça, Eurico Monteiro.

Assim, o número de deputados que antes tinha no parlamento baixou de 56 para 41, com os restantes 15 a optarem pela estatuto de independentes. Apesar disso, o partido do chefe do Governo da Praia conseguiu salvaguardar a maioria absoluta, com uma diferença tangencial de dois votos.

Por outro lado, face à nova correlação de forças, a oposição parlamentar, representada pelo PAICV e pelos dissidentes do MpD e mais outro independente, aumentou de 23 para 38 deputados, o que contribuiu significativamente para pôr termo à bipolarização política que se vinha verificando no país.

Esta sessão da Assembleia Nacional, conseguiu igualmente afastar o fantasma das elei-

ções antecipadas, que vinham ensombreado a cena política cabo-verdiana. Consequentemente, aos 18 meses que lhe restam de mandato, Carlos Veiga e o seu partido irão certamente fazer tudo de modo a garantir a sua reeleição em 1996, muito embora seja há muito visível o declínio por que vem passando a sua acção junto de certas camadas da população.

A medida que o actual mandato se aproxima do fim, a oposição vem aumentando o tom de críticas ao Governo. Promessas não concretizadas, ineficiência governativa e, sobretudo, o aparecimento de figuras caras ao MpD envolvidas em escândalos políticos e financeiros têm sido explorados pelos adversários de Carlos Veiga.

Depois dos escândalos referentes aos gastos do antigo embaixador cabo-verdiano em Lisboa, e de um outro em que um tio do primeiro-ministro aparece envolvido num caso de im-

portação (ilegal) de cimento, o parlamento cabo-verdiano aprovou sábado a realização de mais um inquérito parlamentar de modo a esclarecer as suspeitas de que o ministro das Infra-estruturas e Transportes, Teófilo Figueiredo, estaria a retirar benefícios do cargo em proveito próprio.

Proprietário de várias empresas do ramo da construção civil, Figueiredo tem vindo a ser acusado de beneficiar as suas empresas na adjudicação de obras públicas. Na sequência de uma troca áspera de palavras com o seu acusador, deputado Arnaldo Silva (dissidente do MpD), Figueiredo prometeu recorrer aos tribunais por calúnia.

Entretanto, face à nova situação criada com a dissidência no MpD, prevê-se ainda para este ano o aparecimento de uma nova força política, cujo objectivo é participar nas eleições de 1996. **José Vicente Lopes,**
na Cidade da Praia



Continuação da pág. 13

Greve geral em Moçambique?

correr a outros instrumentos de pressão, como é o caso da convocação da greve geral em todo o país, porque já demos aos nossos parceiros sociais tempo suficiente para poderem decidir e apresentar aos trabalhadores um salário mínimo razoavelmente compatível com o actual custo de vida», disse.

Paradoxalmente, a OTM-CS, próxima da Frelimo, defende que 250 mil meticais é o mínimo exigível para salário mínimo, na base de um cálculo segundo o qual só com esse valor se pode adquirir um cabaz mensal mínimo dos bens de primeira necessidade para uma «família normal moçambicana» — que é de cinco pessoas — enquanto que os três sindicatos «independentes» advogam um salário mínimo «condicional e temporário» de 150 mil meticais. O Governo contra-

dicatos porque se formos divididos vamos enfrentar muitas dificuldades», disse Fanheiro, sindicalista desde 1976 e com formação nesta área na Bulgária, entre 1980 e 1981.

O discurso de Fanheiro em prol da unidade do movimento sindical, encontra algum eco no seio dos «independentes», que se declararam «prontos para o diálogo» e «desejosos de ver mudanças concretas».

Para os «independentes» o salário mínimo e a estabilização dos preços devem estar relacionados, e foi este princípio que os levou a recusar a assinar, em Abril passado um pacto rubricado pelo Governo e a OTM sobre a fixação de preços de cinco produtos básicos, considerado por alguns sectores sindicais de «passo importante», apesar dos preços serem ainda considerados incontroláveis.

«Queremos negociar com os nossos parceiros com uma proposta única dos sin-

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 107/Conj. - 501 - CEP 20119-900 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel: (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *Instituições nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00 - WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O